



PODERA JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

14x 436

3ª CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0139220-9

APELANTE: VIAÇÃO TABOSA LTDA

APELADO: LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 139/2010

5712
- 2 -
EMENTA: DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ATROPELAMENTO POR ÔNIBUS DE EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. INOCORRÊNCIA. CONSIDERA-SE A CULPA CONCORRENTE PARA FINS DE FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. APELO NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto proferido de Desembargador Relator.*

Recife, 18 de maio de 2010 ..


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

3ª CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0139220-9

APELANTE: VIAÇÃO TABOSA LTDA.

APELADO: LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Apelação Cível interposta por:

VIAÇÃO TABOSA LTDA.

Contra sentença proferida em:

Ação ordinária de indenização por danos físicos e morais.

Da lavra do Juízo da:

5ª Vara Cível da Comarca de Caruaru.

Na qual são partes:

LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS (autor apelado) VIAÇÃO TABOSA LTDA (ré apelante).

Discute-se na causa, em síntese:

Responsabilidade civil da empresa transportadora por acidente que resultou na perda do rim direito do autor.

O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:

Após acurada análise das provas, aduz o magistrado sentenciante:

Em verdade, restou mais lógico que no específico evento em debate, ocorreu uma manobra infeliz por parte do motorista da empresa demandada, a qual ocasionou o atropelamento de diversas pessoas que ali se encontravam, bem como o autor, que terminou sofrendo às lesões mais



149 438

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

graves, talvez em função da posição em que se encontrava na plataforma de embarque, conforme consta no depoimento deste às fls. 160, quando foi atingido pelo ônibus pertencente à empresa ré, exatamente do lado externo da plataforma de embarque. Todavia, esta situação não é por si só autorizadora para a configuração da culpa exclusiva da vítima no acidente, como deseja a ré, em sua defesa, já que o motorista do ônibus da empresa ré deveria ter feito uma manobra correta ou redobrar os cuidados para não atingir a vítima, pois mesmo que um pedestre se encontre fora da plataforma de embarque, não fica autorizado a lhe atropelar, exigindo-se cuidado na manobra a ser feita para apanhar os passageiros que ali se encontrem.

Do caderno probante, o que se pode extrair com razoabilidade é a situação objetiva de que o autor, na época do acidente, com apenas 11 anos de idade, foi atingido por uma manobra infeliz realizada pelo motorista da empresa ré e que em razão deste acidente, sofreu diversas lesões, destacando-se a perda do rim direito. Eis aí o nexo de causalidade, além é claro de se evidenciar uma culpa concorrente, capaz de atenuar a indenização devida pela ré, porém, não a eximindo de sua responsabilidade.

Na hipótese dos autos, será então possível responsabilizar a empresa ré, restando observar as conseqüências de ordem material e moral trazidas para o autor.

O autor, realmente, perdeu o rim direito em razão do acidente, fato comprovado por perícia médica juntada aos autos, porém não ficou inválido para a prática de atividades laborais, tanto que serviu o exército e a sua posterior dispensa não guardou qualquer relação com o problema aqui analisado.

Dessa forma, não é merecedor da indenização vitalícia perseguida na exordial, já que ficou afastada a hipótese de invalidez do mesmo para a prática de atividade cotidiana da vítima, entre elas, as laborais. Já quanto a hereditariedade alegada, não é digno de aceitação sob o pretexto de agravar o quantum da indenização, até porque não podemos trabalhar com situações vistas hipoteticamente. Ademais, não se tem como garantir a compatibilidade do rim do autor com o organismo dos seus familiares,



150 439

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

podendo haver até rejeição do órgão. Por isso, não podemos considerar o imponderável. O julgamento deste juízo deve se restringir às situações objetivas comprováveis e palpáveis.

Por sua vez, merece o autor ser indenizado tanto pelo aspecto material como pelo moral, vez que é incontestável o nexo causal entre o dano sofrido pelo autor e o acidente aqui pontuado. Basta verificar que sem a ocorrência do erro na condução do ônibus não teria havido o dano.

Destaque-se que a culpa concorrente aqui vislumbrada não retira a existência do nexo. Apenas, diminui a valoração da responsabilidade do causador do dano.

É mister frisar que o valor a ser indicado a título de dano material está relacionado com os prejuízos econômicos auferidos, como as despesas com hospitais, com medicamentos, e que conforme indicam os fatos narrados na inicial e na resposta da empresa ré, já foram suportadas pela mesma.

Já o valor a ser estabelecido para o dano de ordem moral, que não tem cunho patrimonial, por ser uma mera compensação, que visa amenizar os efeitos causados pelo acidente de trânsito, constrangimentos, dores psicológicas, incertezas, aflições da vítima e de seus pais diante das consequências deixadas pelo evento narrado na inicial (perda do rim direito).

Então, ao final, conclui:

Dessa forma, este magistrado diante do caso concreto e diante dos critérios acima utilizados resolve fixar o valor dos danos morais a que tem direito o autor pelos fatos narrados na inicial em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desconsiderando assim o pleito inicial requerido pelo autor de 1.000 salários mínimos vigente, já que tal valor se distanciou da análise acima realizada, ademais deixamos de fazer a fixação em salário mínimos em face o disposto no art. 7º, IV da Constituição Federal, já que o STF entende vedada a vinculação do salário mínimo como fator de atualização de indenização concebida a título de dano moral. Também fica prejudicada a pensão vitalícia pedida na inicial pelo autor face a comprovação nos

3



15240

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

autos de que o mesmo não ficou inválido para qualquer atividade laborativa.

Posto isto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado na inicial nos termos do artigo 269, I do CPC, para condenar a empresa VIAÇÃO TABOSA LTDA, a pagar a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais causados a LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS, corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Condeno, ainda, a empresa ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

A parte apelante não suscitou nenhuma preliminar.

Não houve preliminares levantadas pela parte apelada.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

Encampa a tese de culpa exclusiva de terceiro, alegando a falta de coerência da decisão judicial *a quo*, eis que reconhece os fatos decisivos do acidente, que seriam a ausência indevida dos representantes legais, ou seja, dos genitores do autor, que à época tinha somente 11 (onze) anos de idade, e a situação do mesmo além do orientador de embarque, estrutura de proteção aos passageiros, e, conquanto tenha tudo isso como fatos provados, julga no sentido de condenar a ré à indenização por danos materiais e morais.

Em seguida, remetendo-se à instrução, mais especificamente em análise comparativa entre as provas pericial e testemunhal, roga pela desconsideração das alegações trazidas pelas testemunhas do autor, porquanto em seus depoimentos não há informações quanto a colisão do veículo com a plataforma de embarque, o que, segundo a prova técnica produzida pelo engenheiro oficial, seria completamente impossível. Ressalta, ainda, conforme provas nos autos, que o autor já trabalhou no exército, o que afasta sua alegada incapacidade laborativa, corroborada também pelo resultado da perícia médica.



152441

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves


Ao final, colaciona vasta jurisprudência no sentido da exclusão da responsabilidade civil quando ocorre culpa exclusiva da vítima, alegando ser essa a hipótese dos autos, devendo, portanto, ser o *decisum* vergastado reformado integralmente.

Nas suas contrarrazões, a parte apelada alega, em síntese:

Realiza ampla remissão instrutória, realçando a justeza e acerto da decisão prolatada pelo juiz sentenciante, devendo, inclusive, de acordo com as provas e a situação financeira da empresa apelante, considerando ainda a enorme perda sofrida pelo autor, ser considerado pequeno o valor da condenação.

Por tais motivos, pugna pela manutenção da decisão atacada, devendo o apelo ser rechaçado inteiramente.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife, 11 de maio de 2010

Desembargador Milton José Neves
Relator



153 442 /

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Direito Civil e Administrativo. Apelação Cível. Atropelamento por ônibus de empresa concessionária de serviço público. Responsabilidade civil objetiva. Culpa exclusiva da vítima. Excludente de responsabilidade. Inocorrência. Considera-se a culpa concorrente para fins de fixação do *quantum* indenizatório. Apelo não provido.

A respeito da tese recursal de mérito:

Culpa exclusiva da vítima.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Inicialmente, cumpre-me esclarecer que o STJ consolidou o entendimento de que “as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público de transporte, respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.” (STJ. AgRg no Ag 778804/RJ, Ministro Relator Humberto Gomes de Barros, j. 03/12/2007). Assim, também em relação aos terceiros não usuários do serviço público entende-se que a concessionária responde objetivamente.

In casu, a tese levantada pela parte apelante alicerça-se na culpa exclusiva da vítima, considerando que o menor encontrava-se desacompanhado de seus representantes, em local desapropriado na estação de transporte coletivo.

Todavia, analisando os depoimentos testemunhais e as fotografias colacionadas às fls. 211 a 226, verifico que, embora a vítima estivesse posicionada em local inadequado (na frente da barra de proteção), o motorista da empresa ré não agiu com a diligência necessária decorrente do seu dever profissional. Observando o teor das referidas provas, vislumbro que o preposto da empresa poderia ter evitado o acidente se tomasse todos os cuidados exigidos por seu ofício, dispensando a devida atenção ao retrovisor.



154 443

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Dessa forma, não há que se falar em culpa exclusiva da vítima, mas em concorrência de culpas, o que afasta a excludente de responsabilidade alegada.

Nesse sentido, colaciono julgado do TJMG, *in verbis*:

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - ATROPELAMENTO - MENOR - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - CULPA CONCORRENTE - QUANTUM - FIXAÇÃO. A responsabilidade da empresa concessionária de serviço público é objetiva, conforme previsto no art. 37, § 6º, da CF, ainda que se trate de atropelamento de pedestre, cumprindo-lhe, pois, o ônus de comprovar a alegada culpa exclusiva da vítima que, a seu turno, tem o múnus de demonstrar o dano e o nexo de causalidade. É fato previsível o atropelamento de menor em ponto de ônibus situado próximo a escola e sorveteria, quando o motorista imprevidente movimentava o veículo sem atentar para a presença de pedestres e circunstâncias locais. Ao permitir que o filho saísse da sua esfera de vigilância, inegavelmente, os pais concorreram para a consumação do evento danoso, pois lhe cumpria oferecer o dever de guarda, disciplina e vigilância sobre o menor de um ano e sete meses de idade. Deve ser observado pelo Juiz, quando do arbitramento da reparação pecuniária por dano moral, um critério de prudência e razoabilidade, de forma que não pode se constituir fonte de enriquecimento indevido e tampouco compensação inexpressiva. (TJMG. Processo n.º 2.0000.00.431350-6/000(1), Desembargador Relator José Flávio de Almeida, j. 20/05/2004)

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ESTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ATROPELAMENTO. CULPA CONCORRENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, REFORMANDO-SE A SENTENÇA PARCIALMENTE EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. 1. Contribui para o evento danoso, em concorrência de culpas, a vítima que, desatenta, atravessa rodovia sem a devida cautela, e o motorista que em velocidade incompatível com o local não consegue evitar o acidente. 2. Reconhecida a culpa concorrente, impõe-se a redução pela metade do total a indenizar. 3. O valor indenizatório pelo dano moral deve atender as circunstâncias e compensar



155 944

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

a dor, e o sofrimento, não sendo exacerbada a fixação em 150 salários mínimos, sendo que este valor, ainda, e reduzido da metade diante do reconhecimento da culpa concorrente. (TA/PR, 1ª Câmara Cível, AC nº 164586100, DJ 11.10.2001)

Aplica-se também ao presente caso, *mutatis mutandis*, o seguinte acórdão do STJ:

EMENTA: DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. CULPA CONCORRENTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. "Neste Superior Tribunal de Justiça, prevalece a orientação jurisprudencial no sentido de que é civilmente responsável, por culpa concorrente, a concessionária do transporte ferroviário pelo falecimento de pedestre vítima de atropelamento por trem em via férrea, porquanto incumbe à empresa que explora essa atividade cercar e fiscalizar, devidamente, a linha, de modo a impedir sua invasão por terceiros, notadamente em locais urbanos e populosos. Embargos de divergência não conhecidos. (STJ. REsp 705.859/SP, Rel. Min. Castro Filho, Segunda Seção, julgado em 13.12.2006, DJ 08.03.2007).

2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido". (REsp 437195/SP; Min. Rel. Hélio Quaglia Barbosa, julgado em 19.06.2007). - grifos acrescidos.

No tangente ao valor da condenação, não há o que se reformar na sentença, pois o seu teor está plenamente de acordo com a proporcionalidade e a razoabilidade, sopesando as possibilidades da empresa, o grau de responsabilidade e o dano sofrido pela vítima.

Tratando do assunto, vale expor a lição do grande jurista Caio Mário da Silva Pereira:

A vítima de uma lesão a algum daqueles direitos sem cunho patrimonial efetivo, mas ofendida em um bem jurídico que em certos casos pode ser mesmo mais valioso do que os integrantes de seu patrimônio, deve receber uma soma que lhe compense a dor ou o sofrimento, a ser arbitrada pelo juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses



156
445

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva. (Responsabilidade Civil, p. 67).

Portanto, diviso que a decisão exarada em 1.º grau observou as circunstâncias do caso concreto, em especial: a existência de culpa concorrente das partes e o sofrimento suportado pelo autor em razão da perda de um de seus rins.

* * *

Como resultado do meu voto:

Nego provimento ao apelo, para manter a sentença vergastada em sua inteireza.



157 44

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Desembargador Sílvio Beltrão
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 139220-9
Apelante - VIAÇÃO TABOSA LTDA.
Apelado - LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS
Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES
Revisor - DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

REVISÃO

Trata o presente, de Apelação Cível Interposta pela Viação Tabosa Ltda., irressignada com a sentença prolatada na Ação de Responsabilidade Civil da empresa Apelante por acidente que resultou na perda do rim direito do Apelado.

Na sentença o Juiz da 5ª Vara Cível de Caruaru condenou a Apelante no pagamento da indenização, por danos morais, na ordem de R\$ 30.000,00, acrescidos de juros e correção monetária, bem com custas e honorários advocatícios de 10% sobre o valor final encontrado.

A Apelante, procura apolar o seu apelo, nas alegativas de que, o acidente de trânsito em comento, foi causado por culpa exclusiva de terceiro, o que a isentaria da responsabilidade de indenizar.

Essa matéria diz respeito à Responsabilidade Objetiva da Apelante, pelos danos morais causados ao Apelado, que encontra proteção no art. 37, § 6º da CF/88, que assim dispõe:

" As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Assim, não vejo como acolher a pretensão recursal da apelante, pelo que nego provimento ao apelo.

É como voto,

Recife, 11/5/10


DES. SÍLVIO BELTRÃO
REVISOR